

Estudo Técnico Preliminar 9/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 60585.001349/2021-08

2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação de serviço de arquiteto urbanista e de engenheiro eletricista com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atender as demandas do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais (DESEG) e do Departamento do Programa Calha Norte (DPCN).

2.2. O objeto da licitação tem a **natureza de serviço comum** de acordo com o **Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002**, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais do mercado.

2.3. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de **60 (sessenta) meses**, com base no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

2.4. O Ministério da Defesa - MD, no intuito de prover um incremento na capacidade operacional nas áreas meios da COEMA /GESEG/DESEG e do DPCN/SG, necessita contratar empresa que forneça mão de obra especializada na área de arquitetura e de engenharia, mais especificamente de arquitetos e engenheiros eletricistas, com base no previsto do art. 1º, inciso X da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, que estabelece que esses serviços serão preferencialmente objeto de execução indireta no âmbito da administração pública federal, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

2.4.1. Necessidade do efetivo no âmbito da **COEMA/GESEG/DESEG**:

2.4.1.1. A presente demanda visa à contratação de empresa especializada no fornecimento de mão de obra terceirizada para a disponibilização de 1 (um) posto de serviço continuado de profissional com formação superior em arquitetura, e com experiência mínima de 2 anos para integrar os quadros da COEMA - Coordenação de Engenharia e Manutenção do Ministério da Defesa.

2.4.1.1.1. As atividades a serem desenvolvidas no âmbito da COEMA, envolvem a elaboração de projetos de arquitetura para a proposição de revitalização dos ambientes internos do MD, envolvendo também reformas amplas e bastante abrangentes, requerendo certa experiência dos profissionais de arquitetura. Com a grande e constante quantidade de intervenções por mudanças de layout internos, elaboração de especificações técnicas, projetos de revitalização de fachadas e dos espaços externos como coberturas e estacionamentos, faz-se necessária a contratação de profissional com um mínimo de experiência no desenvolvimento dessas tarefas. Em virtude da dinâmica no aparecimento de demandas, os profissionais a serem contratados devem possuir uma bagagem de atuação que proporcione o oferecimento de soluções lógicas e factíveis, não havendo tempo hábil para que profissionais sem nenhuma experiência venham a desenvolver suas capacidades às custas da perda da celeridade requerida nos processos em andamento e em futuras demandas. Dessa forma, julgamos que um tempo de experiência mínimo de dois anos é suficiente para a demonstração da capacidade técnica desses profissionais, sendo suficiente para garantir que não estejamos contratando profissionais inexperientes, recém-formados, sempre no interesse maior da administração pública.

2.4.1.2. Ressalte-se que a convenção coletiva do SADP - Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal estabelece piso salarial mínimo para essa condição.

2.4.1.3. O Ministério da Defesa - MD, no intuito de prover um incremento na capacidade operacional nas áreas meios da COEMA /GESEG/DESEG, necessita contratar empresa que forneça mão de obra especializada na área de arquitetura, com base no previsto no art. 1º, inciso X da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, que estabelece que esses serviços serão preferencialmente objeto de execução indireta no âmbito da administração pública federal, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

2.4.1.4. O MD em função do dinamismo e amplitude de suas funções, pautadas principalmente pelas atividades exercidas pelo Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e pela Secretaria Geral (SG), sofre rearranjos periódicos em sua estrutura com a criação, o fechamento, a substituição, a incorporação ou o desmembramento de Unidades, com vistas a conformar suas ações com as obrigações institucionais, gerando grande demanda por projetos e alterações de layouts internos nas áreas sob sua responsabilidade patrimonial.

2.4.1.5. Além das alterações de layout nos edifícios que compõe a AC/MD - Administração Central do Ministério da Defesa, há uma grande carga de trabalho oriunda dos projetos das revitalizações que se operam no âmbito do Bloco "Q", nas atividades de manutenção preventiva e corretiva nos Próprios Nacionais Residenciais - PNR em suas fachadas, áreas comuns e interiores dos 453 (quatrocentos e cinquenta e três), apartamentos funcionais sob a responsabilidade do MD, além de demandas pela modernização do escritório de representação do Ministro da Defesa no Rio de Janeiro. Ressalte-se ainda a previsão da incorporação de mais 23 (vinte e três) unidades de próprios Nacionais Residenciais cedidos pela SPU/ME ao patrimônio sob a responsabilidade do MD, gerando mais demandas de projetos visando à revitalização desses imóveis que necessitam de intervenções significativas para que sua habitabilidade seja recuperada.

2.4.1.6. O grande volume de serviços não pode ser suprido com a segurança e rapidez necessárias por meio de estagiários de arquitetura, requerendo dessa forma a demanda por profissionais com formação superior em arquitetura, e com no mínimo dois anos de experiência. Assim, faz-se imperativa a contratação desses postos de serviço especializados de forma continuada, para o equacionamento da alta demanda pelos serviços de arquitetura.

2.4.1.7. Para fins de instrução processual, o arquiteto urbanista, pode vir a ter que se deslocar para a cidade do Rio de Janeiro para atendimento de demanda interna da ACMD (elaboração de projeto e fiscalização de serviços de engenharia), pois naquela cidade está localizado o escritório da Representação do Ministério da Defesa, situado na Escola Superior de Guerra - ESG.

2.4.2. Necessidade do efetivo no âmbito do **Departamento do Programa Calha Norte - DPCN:**

2.4.2.1. A área de atuação do Programa Calha Norte (PCN) abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, parte do Maranhão e do Tocantins, correspondendo assim em 56% do território nacional, englobando 619 municípios. Nela vivem cerca de 85% da população indígena brasileira e 99% da extensão das terras indígenas.

2.4.2.2. Os integrantes deste Departamento exercem atividades nas 4 fases do convênio, a saber: propositura; celebração; acompanhamento financeiro e técnico de engenharia; e prestação de contas. Dentro das atividades de acompanhamento, destaca-se as orientações técnicas desenvolvidas na sede do DPCN e por meio de *Workshop*, realizado *in loco*, nos estados e municípios.

2.4.2.3. Face ao crescimento do Programa nos últimos anos, destaca-se que o Departamento do Programa Calha Norte (DPCN) solicitou, em oportunidades anteriores, provimento de pessoal por meio de cargos comissionados ou, até mesmo, por concurso público, que tem se demonstrado inviável na atual conjuntura política e econômica do país. O mesmo se estende para mão de obra militar proveniente das 3 (três) Forças Armadas, que tem se mostrado insuficiente em quantidade, apesar de todo o esforço para minimizar o déficit do DPCN.

2.4.2.4. Buscando minimizar o déficit de pessoal, em junho do presente exercício, por meio do contrato nº 12/2021 - MD (ID 3629218) (SEI 60414.000997/2020-10), o DPCN, Unidade demandante, com apoio do DEADI, realizou a contratação de 27 (vinte e sete) postos de engenheiro civil, acréscimo de 17 postos de serviços em comparação ao contrato nº 11/2020 - MD (ID 2440028) (SEI 60414.001095/2019-67), que visou, sobretudo, a contratação de postos de engenheiro civil, com intuito de minimizar o déficit de pessoal técnico relacionado a área de engenharia, especificamente, na análise de projetos para celebração e vistorias na prestação de contas de engenharia.

2.4.2.5. Ocorre que, a contratação realizada no processo supracitado conseguiu amenizar temporariamente o déficit de pessoal, especialmente no tocante a demanda de engenheiros civis. Contudo, nos últimos anos, houve um aumento na demanda de convênios com projetos de engenharia elétrica de média e alta tensão, que por dever de competência, não podem ser acompanhados por engenheiros civis. Motivo pelo qual, é necessária a contratação de engenheiros eletricitistas, posto que, o Ministério da Defesa não dispõe de profissional qualificado na referida área, para exercer funções de competência exclusiva da função.

2.4.2.6. As obras voltadas para eletrificação urbana e rural, tratados como redes de eletrificação de média e alta tensão, e conforme o Decreto nº 23.569, de 11 Dez 1933, que regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor, mais especificamente em seu artigo 3º, alíneas "g" e "h", é de competência exclusiva do engenheiro eletricitista, a fiscalização das obras que tratam desses objetos.

2.4.2.7. Nesse sentido, os engenheiros civis ocupantes dos postos de serviços do contrato nº 12/2021 - MD (ID 3629218), não podem analisar projetos, acompanhar e vistoriar as obras de eletrificação, conforme competências definidas no normativo citado acima, evidenciando, assim, a necessidade de contratação de postos de engenheiro eletricitista.

2.4.2.8. Por oportuno, ressaltamos que nos últimos 3 anos (2018, 2019 e 2020), foram celebrados 72 (setenta e dois) convênios relacionados à eletrificação urbana e rural, média de 24 (vinte e quatro) convênios por ano. Desta forma, considerando que a produtividade média de 1 (um) engenheiro, para executar atividades de análise dos projetos de engenharia, acompanhamento dos convênios e vistoria técnica "*in loco*", com emissão de laudo, é na proporção de atuação em 1,3 (um vírgula três) convênios por

mês, levando-se em consideração as correções realizadas ao longo deste período, obtém-se a necessidade de contratação em 2 postos de serviços de engenheiro eletricista, para atender as demandas dos convênios voltados à eletrificação urbana e rural, sendo de competência do engenheiro eletricista.

2.4.2.9. Levando, também, em consideração que o DPCN necessita de mão de obra capacitada para desenvolvimento de banco de projetos básicos, voltados aos objetos que este Departamento celebra com os entes governamentais e municipais, faz-se necessária a contratação de 2 postos de serviços de mão de obra qualificada em arquitetura urbanista.

2.4.2.10. O acervo de projetos básicos visa padronizar os tipos de edificações mais frequentes que são demandadas pelos convenientes, observando a peculiaridade de cada localidade da área do PCN, dirimindo sensivelmente problemas apresentados nos projetos básicos que são apresentados pelos entes governamentais e municipais.

2.4.2.11. O banco de projetos disponibilizará aos convenientes projetos básicos com um grau de detalhamento adequado, requerendo apenas ajustes para se adaptarem às condições locais do terreno onde será executado, assim como às normas locais das concessionárias de serviços públicos, trazendo celeridade e economicidade.

2.4.2.12. Além do mais, a contratação de 2 (dois) arquitetos urbanistas trará redução do tempo de análise dos projetos básicos à cargo do DPCN, reduzindo o tempo de entrega dos objetos pactuados, melhorando a eficiência e eficácia do processo de transferências voluntárias.

2.4.2.13. Por se tratar de terceirização de serviços eminentemente acessórios e não ligados diretamente à atividade-fim do DPCN, observando que a instituição não possui corpo técnico para desenvolvimento de banco de projetos básicos e realização de análises de projetos de engenharia e visitas *"in loco"* das obras voltadas para objetos conveniados de eletrificação urbana e rural, vislumbrou-se como solução fática e plausível contratação de empresa para prestação de serviços continuados sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para a função de arquiteto urbanista e de engenheiro eletricista, precedida de licitação, tendo em vista a necessidade de assegurar a prestação das competências previstas ao DPCN, como Órgão descentralizador de recursos públicos.

2.4.2.14. Tem-se a necessidade de inclusão de serviços de diária e deslocamento para a disposição da mão-de-obra terceirizada em serviços fora de sede. Tal procedimento possibilitará a produção de projetos básicos, tendo em vista a necessidade de estudo da região do PCN, e de laudos de vistorias, bem como na maior amplitude das áreas e objetos a serem vistoriados, frente a carência de servidores militares e civis disponíveis para o desempenho das referidas atividades. Acrescenta-se a isso, o incremento da sinergia entre processos complementares do PCN, tendo em vista a integração de diferentes profissionais e dos diversos pontos de vista do pessoal envolvido na sistemática de convênios, facilitando o fluxo das atividades e tarefas de acompanhamento e fiscalização.

2.5. As atividades e atribuições do arquiteto urbanista, do DESEG, consistem em:

I - supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica;

II - coleta de dados, estudo, planejamento, projeto e especificação;

III - estudo de viabilidade técnica e ambiental;

IV - assistência técnica, assessoria e consultoria;

V - direção de obras e de serviço técnico;

VI - vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria e arbitragem;

VII - desempenho de cargo e função técnica;

VIII - treinamento, ensino, pesquisa e extensão universitária;

IX - desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, padronização, mensuração e controle de qualidade;

X - elaboração de orçamento;

XI - produção e divulgação técnica especializada; e

XII - execução, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico.

Parágrafo único. As atividades de que trata este artigo aplicam-se aos seguintes campos de atuação no setor:

I - da Arquitetura e Urbanismo, concepção e execução de projetos;

II - da Arquitetura de Interiores, concepção e execução de projetos de ambientes;

III - da Arquitetura Paisagística, concepção e execução de projetos para espaços externos, livres e abertos, privados ou públicos, como parques e praças, considerados isoladamente ou em sistemas, dentro de várias escalas, inclusive a territorial;

IV - do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, monumentos, restauro, práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação, restauro e valorização de edificações, conjuntos e cidades;

V - do Planejamento Urbano e Regional, planejamento físico-territorial, planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional fundamentados nos sistemas de infraestrutura, saneamento básico e ambiental, sistema viário, sinalização, tráfego e trânsito urbano e rural, acessibilidade, gestão territorial e ambiental, parcelamento do solo, loteamento, desmembramento, remembramento, arreamento, planejamento urbano, plano diretor, traçado de cidades, desenho urbano, sistema viário, tráfego e trânsito urbano e rural, inventário urbano e regional, assentamentos humanos e requalificação em áreas urbanas e rurais;

VI - da Topografia, elaboração e interpretação de levantamentos topográficos cadastrais para a realização de projetos de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo, foto-interpretação, leitura, interpretação e análise de dados e informações topográficas e sensoriamento remoto;

VII - da Tecnologia e resistência dos materiais, dos elementos e produtos de construção, patologias e recuperações;

VIII - dos sistemas construtivos e estruturais, estruturas, desenvolvimento de estruturas e aplicação tecnológica de estruturas;

IX - de instalações e equipamentos referentes à arquitetura e urbanismo;

X - do Conforto Ambiental, técnicas referentes ao estabelecimento de condições climáticas, acústicas, lumínicas e ergonômicas, para a concepção, organização e construção dos espaços;

XI - do Meio Ambiente, Estudo e Avaliação dos Impactos Ambientais, Licenciamento Ambiental, Utilização Racional dos Recursos Disponíveis e Desenvolvimento Sustentável.

2.5.1. Para fins de instrução processual, o arquiteto, objeto do item 1, do presente processo, podem vir a ter que se deslocar para a cidade do Rio de Janeiro para atendimento de demanda interna da ACMD (elaboração de projeto e fiscalização de serviços de engenharia), pois naquela cidade está localizado o escritório da Representação do Ministério da Defesa, situado na Escola Superior de Guerra - ESG.

2.6. As atividades do engenheiro eletricista, do DPCN, delineadas no Código Brasileiro de Ocupação - CBO, são as constantes discriminadas a seguir:

2.6.1. Engenheiros Eletricistas, Eletrônicos e afins:

2.6.2. No âmbito interno:

a) Item A - Executar Serviços Elétricos, Eletrônicos e de Telecomunicações

a.1. Prestar Consultoria:

a.1.1. emitir pareceres de análise técnica sobre os projetos básicos de engenharia encaminhados a este programa, provenientes de convênios entre entidades municipais e estaduais e o Ministério da Defesa.

a.1.2. dar assistência e propor soluções técnicas aos Convenientes, para o correto enquadramento dos projetos básicos de engenharia conforme Convênios firmados entre o Ministério da Defesa e Entidades.

a.1.3. avaliar o teor de documentação técnica apresentada por ocasião da aprovação de projetos básicos de Engenharia, visando adequação aos critérios técnicos, e avaliar o teor de documentação técnica apresentada por ocasião da execução do convênio por meio de boletins de medição gerados pela equipe de fiscalização, verificando a conformidade com a situação representada no relatório fotográfico.

2.6.3. No âmbito externo, quando designados para a realização de vistoria “in loco”:

a) Item A - Executar Serviços Elétricos, Eletrônicos e de Telecomunicações.

a.1. Prestar Consultoria:

a.1.1. vistoriar "in loco" os objetos provenientes dos convênios, durante e após a execução das obras, certificando a regular e correta execução dos objetos conforme celebrado em termo de convênio e projeto básico de engenharia. Elaborar laudos de vistoria.

b) Item E – Elaborar Documentação Técnica de Sistemas e Equipamentos Elétricos, Eletrônicos e de Telecomunicações.

b.1. Emitir Laudos: Elaborar Laudos de Vistoria, com base nas vistorias "in loco" dos objetos provenientes dos convênios.

2.7. As atividades do arquiteto urbanista, do DPCN, delineadas no Código Brasileiro de Ocupação - CBO, são as constantes discriminadas a seguir:

2.7.1. Arquiteto Urbanista no DPCN:

2.7.1.1. No âmbito interno:

a) Item C - Prestar Consultoria, Assistência e Assessoria:

a.1. Elaborar planos e projetos associados à arquitetura em todas as suas etapas, definindo materiais, acabamentos, técnicas, metodologias, analisando dados e informações;

a.2. Elaborar orçamentos associados à arquitetura;

a.3. Avaliar projetos e obras: emitir pareceres de análise técnica sobre os projetos básicos de engenharia encaminhados a este programa, provenientes de convênios entre entidades municipais e estaduais e o Ministério da Defesa;

a.4. Propor soluções técnicas: dar assistência e propor soluções técnicas aos Convenientes, para o correto enquadramento dos projetos básicos de engenharia conforme Convênios firmados entre o Ministério da Defesa e Entidades.

b) Item D - Controlar Qualidade do Empreendimento:

b.1. Verificar atendimento a normas, padrões e procedimentos: avaliar o teor de documentação técnica apresentada por ocasião da aprovação de projetos básicos de Engenharia, visando adequação aos critérios técnicos;

b.2. Controlar documentação técnica: avaliar o teor de documentação técnica apresentada por ocasião da execução do convênio por meio de boletins de medição gerados pela equipe de fiscalização, verificando a conformidade com a situação representada no relatório fotográfico.

2.7.1.2. No âmbito externo, quando designados para realização de vistoria "in loco":

a) Item D - Controlar Qualidade do Empreendimento:

a.1. Avaliar desempenho da obra: vistoriar "in loco" os objetos provenientes dos convênios, durante e após a execução das obras, certificando a regular e correta execução dos objetos conforme celebrado em termo de convênio e projeto básico de engenharia. Elaborar Laudos de Vistoria.

2.8. Para melhor fundamentação da contratação de arquiteto urbanista e de engenheiro eletricista, foi confeccionado o Relatório nº 2 - DESEG (6203168) e o Relatório nº 3 - DPCN (6208150). Os referidos Relatórios constam nos Apêndices XXV e XXVI ao Termo de Referência (6218669).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Engenharia e de Serviços Gerais - DESEG	MAURÍCIO DINIZ BARBOSA
Departamento do Programa Calha Norte - DPCN	UBIRATAN POTY

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Técnicos Preliminares, abrange a contratação de empresa especializada na prestação de serviço (**arquiteto urbanista e engenheiro eletricista**), sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

4.2. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

4.2.1. Lei nº 8.666/1993, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

4.2.2. Lei nº 9.029/1995, proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.

4.2.3. Lei nº 9.784/1999, regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

4.2.4. Lei nº 10.520/2002, institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

4.2.5. Lei Complementar nº 123/2006, institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nos 8.212/1991 e 8.213/1991, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, da Lei nº 10.189/2001, da Lei Complementar nº 63/1990; e revoga as Leis nº 9.317/1996, e 9.841/1999.

4.2.6. Lei nº 12.440/2011, acrescenta Título VII-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, para instituir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e altera a Lei nº 8.666/1993.

4.2.7. Lei nº 12.527/2011, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112/1990; revoga a Lei nº 11.111/2005, e dispositivos da Lei nº 8.159/1991; e dá outras providências.

4.2.8. Decreto-Lei nº 5.452/1943, aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

4.2.9. Decreto-Lei nº 200/1967, dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

4.2.10. Decreto nº 9.507/2018, dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

4.2.11. Decreto nº 3.722/2001, regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, alterado pelo Decreto nº 4.485/2002.

4.2.12. Decreto nº 4.358/2002, regulamenta a Lei nº 9.854/1999, que acrescentou os incisos V ao art. 27 e XVIII ao art. 78 da Lei nº 8.666/1993, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição.

4.2.13. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

4.2.14. Decreto nº 7.203/2010, dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

4.2.15. IN nº 2/SLTI/MPOG/2010, e alteração promovidas pela IN nº 1/SLTI/MPOG/2012, IN nº 5/SLTI/MPOG/2012, IN nº 4/SLTI/MPOG/2013 e IN nº 7/SLTI/MPOG/2015.

4.2.16. IN nº 5/SG/MP/2017, dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.2.17. IN nº 6/SEORI/SG/MD/2013, disciplina os procedimentos relativos à aquisição de bens e serviços no âmbito da AC/MD.

4.2.18. IN nº 7/SEORI/SG/MD/2013, disciplina os procedimentos e as responsabilidades dos Gestores e Fiscais de Contratos firmados pela Administração Central do Ministério da Defesa (AC/MD).

4.3. Viabilidade da Solução:

4.3.1. Considerando cenários alternativos de solução da necessidade, seguindo o critério da viabilidade técnica e vantajosidade econômica, o recrutamento de profissionais tanto em Brasília quanto nas demais localidades abrangidas pelo programa, para o exercício de funções específicas, sem incorrer nos custos de diária e deslocamento (passagem aérea), destaca-se o seguinte:

4.3.1.1. Seria inviável o recrutamento de profissionais nas demais localidades tanto pela demanda do DESEG, quanto a demanda do DPCN, uma vez que se teriam dificuldades em administrar esses profissionais, como também as empresas envolvidas nos estados.

4.3.1.2. Ainda, quanto a inviabilidade, destaca-se a questão da Convenção Coletiva de Trabalho – CCT, a ser aplicada é a vigente no estado onde o funcionário atua, não a estabelecida em outra unidade federativa e escolhida pela empresa para ser o padrão nacional. Dessa forma, com a demanda dos arquitetos urbanistas, por parte do DESEG, atuando no Rio de Janeiro e dos engenheiros eletricitas e arquitetos urbanistas, por parte do DPCN, abrangendo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão e Tocantins, não seria possível a aplicação.

4.3.1.3. A solução viável, seria então, o recrutamento ser realizado em Brasília, onde tal decisão encontra amparo legal conforme alínea “d”, do item 2.4., do Anexo V, da IN nº 5/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviço sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme redação abaixo:

d) Estabelecer a quantidade estimada de deslocamentos e a necessidade de hospedagem dos empregados, com as respectivas estimativas de despesa,

nos casos em que a execução de serviços eventualmente venha a ocorrer em localidades distintas da sede habitual da prestação do serviço.

4.4. Peculiaridades da Solução Proposta:

4.4.1. A área de atuação do Programa Calha Norte (PCN), em sua grande parte, é complexa, devido à extensa área territorial da Amazônia, sendo a maior entre as regiões geoeconômicas do Brasil, com uma área de aproximadamente 4,9 milhões de km², tomando mais da metade do território brasileiro e abrangendo integral ou parcialmente os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão e Tocantins, a maioria com predominância do clima equatorial.

4.4.2. Nesse ínterim, em razão das especificidades da região Norte do País em que o clima, a vegetação, a precária rede de atendimento público hospitalar, a baixa densidade demográfica e a necessidade de se percorrer grandes distâncias, utilizando-se dos modais terrestres, fluviais e aéreos, submetem os colaboradores a condições peculiares.

4.4.3. Baseado nas informações mencionadas anteriormente, quanto ao cenário que serão submetidos os profissionais alocados nos grupos 2 (dois) e 3 (três) da presente licitação, **para fins de análise de risco, fica a critério das licitantes, se assim desejar, computar em seus custos, nos valores de despesas indiretas, gastos relacionados a seguro viagem.**

4.4.4. Documentos constantes do processo, Nota Técnica nº 2/NAADE/DPCN/SG/MD/2022 (4595092); Parecer nº 00104/2022 /CONJUR-MD/CGU/AGU (4814336).

4.5. Critérios e Práticas de Sustentabilidade:

4.5.1. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental, a Contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º, da IN nº 1/SLTI/MPOG /2010, quando couber;

4.5.2. O Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS /DECOR/CGU/AGU, 5ª edição, revista, atualizada, ampliada - Agosto/2022, **não dispõem** de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

5. Levantamento de Mercado

A) SER CONSIDERADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES, COM OBJETIVO DE IDENTIFICAR A EXISTÊNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS, TECNOLOGIAS OU INOVAÇÕES QUE MELHOR ATENDAM ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO; E

5.1. No levantamento de mercado, realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet), do Ministério da Economia, acessado em 18 de janeiro de 2023, no seguinte endereço: <http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/Livre/Ata/ConsultaAta00.asp>, pode ser observado que é comum a contratação do objeto (CATSER 5380 – Apoio Administrativo), através da realização de pregões eletrônicos como pode ser observado nos pregões abaixo, que contém itens com características similares ao pretendido neste instrumento:

5.1.1. Ata - Consulta Atas de Registros de Preços

Serviço: 00005830 - Prestação de Serviço de Apoio Administrativo

Período Pesquisado - 18/01/2022 até 17/01/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR	UASG GERENCIADORA	LICITAÇÃO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	290002 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	Pregão 0099/2022	24/11/2022 29/11/2023
26414 - INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO	158144 - INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TE. DE MATO GROSSO	Pregão 00061/2022	09/01/2023 09/01/2024
26432 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANÁ	158009 - INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ	Pregão 00072/2022	30/11/2022 30/11/2023
26407 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO	158124 - INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	Pregão 00034/2022	08/12/2022 08/12/2023
25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA	170201 - DELEGACIA DA REC.FEDERAL EM PORTO VELHO/RO	Pregão 00005/2022	18/11/2022 18/11/2023

B) SER REALIZADA CONSULTA, AUDIÊNCIA PÚBLICA OU DIÁLOGO TRANSPARENTE COM POTENCIAIS CONTRATADAS, PARA COLETA DE CONTRIBUIÇÕES.

5.2. Não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições, tendo em vista que a presente contratação se trata de um **serviço comum**, de acordo com **Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 10.520/2002**, e o quantitativo a ser adquirido ser facilmente disponibilizado pelo mercado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Para este objeto a melhor solução será a contratação de serviço de arquiteto urbanista e de engenheiro eletricista com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atender as necessidades do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais - DESEG e do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN. Tendo como referência o modelo disponibilizado pela AGU de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, sendo balizado na legislação em vigor e com critérios objetivos de seleção do fornecedor.

6.2. Com relação a exigência relacionada à manutenção e à assistência técnica, **não se aplica**, tendo em vista se tratar de um serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra, não havendo materiais e equipamentos para aplicação dessa necessidade.

6.3. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Unitário**.

6.3.1. A justificativa para aplicação do regime de **empreitada por preço unitário** neste certame, se deve da impossibilidade na precisão para o pagamento dos valores descritos por unidade aos serviços propostos, tendo em vista que serão contratos executados no modelo de pagamento pelo fato gerador e, principalmente, que os serviços de postos de mão de obra, diárias e deslocamentos, assim, por sua natureza, possuem uma imprecisão inerente de quantitativos de valores de diárias e deslocamento que são serviços a serem realizados de modo eventual.

6.3.2. A utilização da empreitada por preço global poderia gerar pagamentos por serviços que eventualmente não venham ocorrer durante o contrato.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, estimou-se da seguinte forma:

7.2. As atividades de apoio à gestão e fiscalização da Coordenação de Engenharia e Manutenção (COEMA) e do Programa Calha Norte (PCN), tem natureza complexa. Dessa forma, tais atividades são necessárias para a realização de despesas de diária e deslocamento (passagem aérea).

7.3. As viagens não serão definidas de forma exaustiva, tampouco no orçamento apresentado junto à proposta comercial. Sua previsibilidade é incerta, onde as despesas com deslocamento (passagem aérea) estão relacionados à execução dos serviços.

7.4. As despesas serão medidas na ocorrência do fato gerador, nos valores correspondentes aqueles propostos pela Contratada em sua proposta ganhadora, para pagamento destes itens.

7.5. Dessa forma, as despesas diretas a serem pagas, decorrentes das necessidades dos serviços, devidamente autorizadas pela Contratante, por meio de Ordem de Serviço, e mediante comprovação, serão as seguintes:

7.5.1. Diária:

7.5.1.1. Este tipo de despesa contempla gastos com alimentação e estadia, durante as realizações das atividades externas, fora de sede.

7.5.1.2. A Contratada pagará diárias de viagem aos seus empregados que prestarem serviços ao Departamento do Programa Calha Norte (DPCN) e ao Departamento de Engenharia e Serviços Gerais (DESEG), fora de sede, por dia de deslocamento R\$ 381,14 (dependendo da localidade) x nº dias em missão fora de sede, para fazer face às despesas de alimentação e estadia, nas seguintes condições:

7.5.1.2.1. A Contratada será notificada pela Contratante por meio de Ordem de Serviço, solicitando a prestação de serviço fora de sede, quando necessário, e requerendo aquisição dos serviços de Diárias, com antecedência mínima de 10 (dez) dias a contar do 1º dia da realização do serviço;

7.5.1.2.2. Será devido o pagamento de uma diária de viagem para cada dia de deslocamento que implique pernoite;

7.5.1.2.3. Na hipótese de deslocamento para localidade fora de sede, para cada dia que não resulte em pernoite, será devido o pagamento de ½ (meia) diária;

7.5.1.2.4. A Contratada deverá efetuar o pagamento das diárias de viagem ao colaborador designado até o dia anterior ao do deslocamento;

7.5.1.2.5. Para fins de pagamento da fatura mensal, serão glosados os valores referentes ao auxílio alimentação e auxílio transporte, definida em Convenção Coletiva de Trabalho das categorias, objetos desta contratação, na fatura mensal do posto do colaborador, nos dias em que estiver em atividade externa, fora de sede, tendo em vista que a diária contempla valores para gastos alimentícios, evitando, assim, duplicidade de despesa;

7.5.1.2.6. A Contratada deverá atender, até a data do deslocamento para prestação de serviço fora de sede, a solicitação de diárias estipulada na Ordem de Serviço, emitida pela Contratante;

7.5.1.2.7. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de sua incúria, caso deixe de atender as solicitações requeridas pela Contratante, para aquisição dos serviços de diária;

7.5.1.2.8. Na hipótese de cancelamento de viagem anteriormente programada e comunicada, cabe à Contratante informar à Contratada, com a maior brevidade possível, para que, se for o caso, o empregado restitua à empresa as diárias recebidas antecipadamente;

7.5.1.2.9. Os valores pagos a título de diárias de viagem somente serão pagos pela Contratante à Contratada mediante a apresentação da Nota Fiscal da prestação do referido serviço e comprovação dos valores efetivamente pagos ao colaborador, atestados pelo fiscal do contrato formalmente designado pela Contratante, na ocorrência do seu fato gerador, logo após o serviço, assim que apresentada pela Contratada;

7.5.1.2.10. As empresas licitantes deverão apresentar suas propostas, conforme Planilha (Diária e Deslocamento) arquiteto urbanista (DESEG) e engenheiro eletricitista e arquiteto urbanista (DPCN), (**Apêndices IV, V e VI**), ao Termo de Referência, contendo o valor total deste item; e

7.5.1.2.11. Os valores das diárias, constantes das propostas das empresas licitantes, **não poderão** ser inferiores aos previstos nestas Especificações Técnicas.

7.5.2. Deslocamento (Passagem Aérea):

7.5.2.1. Este tipo de despesa contempla gastos com compras de passagens aéreas para alocação dos colaboradores nos locais definidos do Departamento do Programa Calha Norte (DPCN) e do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais (DESEG), fora de sede.

7.5.2.2. A Contratada comprará passagens aéreas para o deslocamento dos seus empregados que prestarem serviços ao DPCN e ao DESEG, fora de sede, para fazer face às despesas de deslocamento, nas seguintes condições:

7.5.2.2.1. A Contratada será notificada pela Contratante por meio de Ordem de Serviço, solicitando a prestação de serviço fora de sede, quando necessário, e

7.5.2.2.2. Requerendo a aquisição dos serviços de compra de passagens aéreas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias a contar do 1º dia da realização do serviço, visando alocação de mão de obra nas áreas definidas;

7.5.2.2.3. A Contratada deverá comprar as passagens aéreas, conforme Ordem de Serviço, dentro da conveniência de horário definida pelo DPCN e pelo DESEG, observando o menor preço e dentro do limite de valor apresentado em sua proposta, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento da OS;

7.5.2.2.4. Em caso de não atendimento, referente à compra de passagem no prazo estipulado, a Contratada deverá informar de imediato o motivo do impedimento, ficando obrigada a efetuar nova compra no prazo de 4 (quatro) horas.

7.5.2.2.5. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de sua incúria, caso deixe de atender as solicitações requeridas pela Contratante, para aquisição dos serviços de deslocamento (passagem aérea);

7.5.2.2.6. Os valores pagos a título de passagem aérea somente serão pagos pela Contratante à Contratada mediante a apresentação da Nota Fiscal da prestação do referido serviço e comprovação da compra das passagens aéreas, atestados pelo fiscal do contrato formalmente designado pela Contratante, na ocorrência do seu fato gerador, logo após o serviço, assim que apresentada pela Contratada;

7.5.2.2.7. As empresas licitantes deverão apresentar suas propostas, conforme Planilha (Diária e Deslocamento) arquiteto urbanista (DESEG) e engenheiro eletricitista e arquiteto urbanista (DPCN), (**Apêndices IV, V e VI**), ao Termo de Referência, contendo o valor total deste item; e

7.6. Para fins de instrução processual, os arquitetos urbanistas, objeto do item 1, do presente processo, podem vir a ter que se deslocar para a cidade do Rio de Janeiro, para atendimento de demanda interna da ACMD (elaboração de projeto e fiscalização de serviços de engenharia), pois naquela cidade está localizado o escritório da Representação do Ministério da Defesa, situado na Escola Superior de Guerra - ESG.

7.6.1. Estimativa de custo total por ano para diária e deslocamento (passagem aérea), referente ao grupo 1 (um), conforme tabela abaixo:

--

Quadro 1 - Estimativa de Custo por Unidade e Quantidade Referente à Diária e Deslocamento (Arquiteto Urbanista - DESEG)						
A	B	C	D	E	F	G
Tipo de Despesa	Unidade	Valor estimado para cada unidade (R\$)	Quantidade de unidade estimada por posto /Ano	Quantidade total de unidade estimada /Ano	Valor estimado por posto/Ano	Valor total estimado /Ano
Diária (Este tipo de despesa contempla gastos com diária durante a realização das atividades de apoio à gestão e fiscalização, nos locais de atuação da Coordenação de Engenharia e Manutenção - COEMA, fora de sede.)	Pernoite	R\$ 444,48 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos)	3	3 (D) x (nº de postos) (1)	R\$ 1.333,44 (mil trezentos e trinta e três reais e quarenta e quatro centavos) (C) x (D)	R\$ 1.333,44 (mil trezentos e trinta e três reais e quarenta e quatro centavos) (C) x (E)
Deslocamento (Este tipo de despesa contempla gastos com compras de passagens aéreas para alocação da mão de obra nos locais de atuação da Coordenação de Engenharia e Manutenção (COEMA), fora de sede, para realização das atividades de apoio à gestão e fiscalização.)	Trecho	R\$ 2.371,28 (dois mil trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos)	3	3 (D) x (nº de postos) (1)	R\$ 7.113,84 (sete mil cento e treze reais e oitenta e quatro centavos) (C) x (D)	R\$ 7.113,84 (sete mil cento e treze reais e oitenta e quatro centavos) (C) x (E)

Observação-1: A referência de valor estimado para cada unidade é o valor definido para 1 (uma) diária, no caso do pernoite e 1 (um) deslocamento, no caso de trecho de passagem aérea.

Observação-2: O motivo do valor da diária ser de R\$ 444,48 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) e o valor do deslocamento, passagem aérea, ser de R\$ 2.371,28 (dois mil trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos), conforme quadro acima, é devido aos tributos.

7.6.2. O valor estimado para cada unidade no quadro acima, referente ao tipo de despesa “Deslocamento”, para o arquiteto urbanista (DESEG), foi espelhado no levantamento realizado sobre passagens aéreas, conforme Relatório de Valores de Passagens no trecho BSB/RJ/BSB (**Apêndice II**), especificamente na localidade de atuação da Coordenação de Engenharia e Manutenção (COEMA), no Rio de Janeiro-RJ, considerando-se a média dos valores, obedecendo o limite de 3 trechos, conforme quadros abaixo:

VALOR MÉDIO DE PASSAGEM NO PERÍODO NO TRECHO BRASÍLIA / RIO DE JANEIRO												
Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

2020	1.044,91	985,64	622,84	433,84	802,68	586,43	364,98	417,34	577,69	748,46	834,30	851,26
2021	986,03	890,94	769,49	628,80	780,99	779,03	793,61	950,12	934,32	973,04	830,47	1.054,40
2022	1.406,75	1.288,65	1.531,12	1.672,36	1.672,19	1.514,42	1.278,73	1.320,79	1.331,99	1.318,14	1.318,14	1.552,08

VALOR MÉDIO DE PASSAGEM NO PERÍODO NO TRECHO RIO DE JANEIRO / BRASÍLIA												
Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2020	1.036,90	965,64	624,49	430,39	788,59	585,88	367,10	401,81	573,55	740,45	831,11	864,80
2021	974,84	880,57	762,69	641,52	795,01	775,57	820,84	954,44	938,56	1.005,27	828,73	1.156,66
2022	1.381,20	1.259,73	1.540,51	1.672,26	1.677,77	1.512,14	1.241,56	1.284,73	1.330,96	1.338,11	1.348,64	1.554,22

Obs: Informações extraídas do site painel de viagens.

Somatório 1	Meses	Média 1	Somatório 2	Anos	Média 2	Média 3
8.270,37	12	689,20	2.989,34	3	996,45	1.993,31
10.371,24	12	864,27				
17.230,47	12	1.435,87				
8.210,71	12	684,23	2.990,60	3	996,87	
10.534,70	12	877,89				
17.141,83	12	1.428,49				
Observações: 1) O somatório 1 é obtido pela soma das médias mensais em cada ano nos trechos BSB/Rio e Rio/BSB; 2) A média 2 é obtida com a média 1 e a média 3 representa o valor final de ida e volta considerando-se as médias mensais de 36 (trinta e seis) meses. 3) Informações extraídas do site painel de viagens em 30 Jan 2023.						

7.7. Estimativa de custo total por ano para diária e deslocamento (passagem aérea), referente ao grupo 2 (dois), conforme tabela abaixo:

Quadro 2 - Estimativa de Custo por Unidade e Quantidade Referente à Diária e Deslocamento (Engenheiro Eletricista - DPCN)						
A	B	C	D	E	F	G
Tipo de Despesa	Unidade	Valor estimado para cada unidade (R\$)	Quantidade de unidade estimada por posto /Ano	Quantidade total de unidade estimada /Ano	Valor estimado por posto /Ano	Valor total estimado /Ano
Diária (Este tipo de despesa contempla gastos com alimentação e estadia durante a realização das atividades de apoio à gestão e fiscalização, nos locais de atuação do Programa Calha Norte - PCN, fora de sede.)	Pernoite	R\$ 444,48 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos)	36	72 (D) x (nº de postos 2)	R\$ 16.001,28 (dezesesseis mil um real e vinte e oito centavos) (C) x (D)	R\$ 32.002,56 (trinta e dois mil dois reais e cinquenta e seis centavos) (C) x (E)
Deslocamento (Este tipo de despesa contempla gastos com compras de passagens aéreas para alocação da mão de obra nos locais de atuação do Programa Calha Norte (PCN), fora de sede, para realização das atividades de apoio à gestão e fiscalização.)	Trecho	R\$ 3.662,83 (três mil seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta e três centavos)	12	24 (D) x (nº de postos 2)	R\$ 43.953,96 (quarenta e três mil novecentos e cinquenta e três reais e noventa e seis centavos) (C) x (D)	R\$ 87.907,92 (oitenta e sete mil novecentos e sete reais e noventa e dois centavos) (C) x (E)

Observação-1: A referência de valor estimado para cada unidade é o valor definido para 1 (uma) diária, no caso do pernoite, e 1 (um) deslocamento, no caso de trecho de passagem aérea.

Observação-2: O motivo do valor da diária ser de R\$ 444,48 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) e o valor do deslocamento, passagem aérea, ser de R\$ 3.662,83 (três mil seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta e três centavos), conforme quadro acima, é devido aos tributos.

7.7.1. O valor estimado para cada unidade no quadro acima, referente ao tipo de despesa “Deslocamento”, para o engenheiro eletricista, foi espelhado no levantamento realizado sobre as passagens aéreas adquiridas pelo Ministério da Defesa no ano de 2022, especificamente nas localidades de atuação do Programa Calha Norte (PCN), considerando-se a média dos valores máximos de aquisição, adotando a estimativa de quantidade de trechos por localidade, obedecendo o limite de **24 trechos**, tendo em vista o modelo de gestão aplicado nas vendas de passagens aéreas: “Yeld management”, que calcula a melhor política de

preços, para otimizar e maximizar os lucros das companhias aéreas, levando-se em conta diversos fatores alheios ao conhecimento do consumidor, de acordo com a tabela abaixo:

Cidades Abordadas na Pesquisa	Custo de Aquisição Máximo Ano 2022 p/ Localidade (A)	Estimativa de Quantidade de Trechos por Localidade/Ano (B)	(C) = (A) X (B)
Barra do Garças/MT	1.320,90	0,3	369,70
Belém/PA	2.721,56	0,7	1.904,30
Boa Vista/RR	3.776,27	6,2	23.252,13
Campo Grande/MS	3.120,37	0,2	624,07
Corumbá/MS	1.501,27	0,2	300,25
Cuiabá/MT	2.834,33	9,2	26.178,30
Imperatriz/MA	1.762,23	0,3	528,67
Ji-Paraná/RO	3.894,46	1,4	5.449,97
Macapá/AP	3.021,23	7	21.139,80
Manaus/AM	3.131,23	4,3	13.583,88
Palmas/TO	2.205,23	4,9	10.801,13
Porto Velho/RO	3.862,46	4,2	16.215,58
Rio Branco/AC	3.152,33	6,9	21.615,98
Sinop/MT	1.341,46	1,4	1.877,26
Tabatinga/AM	2.855,23	0,3	799,13
Vilhena/RO	4.414,73	0,6	2.471,22
TOTAL		48	R\$ 147.111,37
MÉDIA = (C) / Quantidade Estimada de Trechos no Ano			R\$ 3.064,80

7.7.2. Estimativa de custo total por ano para diária e deslocamento (passagem aérea), referente ao grupo 3 (três), conforme tabela abaixo:

Quadro 3 - Estimativa de Custo por Unidade e Quantidade Referente à Diária e Deslocamento (Arquiteto Urbanista – DPCN)						
A	B	C	D	E	F	G
Tipo de Despesa	Unidade	Valor estimado para cada unidade (R\$)	Quantidade de unidade estimada por posto /Ano	Quantidade total de unidade estimada /Ano	Valor estimado por posto /Ano	Valor total estimado /Ano
Diária (Este tipo de despesa contempla gastos com alimentação e estadia durante a realização das atividades de apoio à gestão e fiscalização, nos locais de atuação do Programa Calha Norte - PCN, fora de sede.)	Pernoite	R\$ 444,48 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos)	36	72 (D) x (nº de postos 2)	R\$ 16.001,28 (dezesesseis mil um real e vinte e oito centavos) (C) x (D)	R\$ 32.002,56 (trinta e dois mil dois reais e cinquenta e seis centavos) (C) x (E)
Deslocamento (Este tipo de despesa contempla gastos com compras de passagens aéreas para alocação da mão de obra nos locais de atuação do Programa Calha Norte (PCN), fora de sede, para realização das atividades de apoio à gestão e fiscalização.)	Trecho	R\$ 3.662,83 (três mil seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta e três centavos)	12	24 (D) x (nº de postos 2)	R\$ 43.953,96 (quarenta e três mil novecentos e cinquenta e três reais e noventa e seis centavos) (C) x (D)	R\$ 87.907,92 (oitenta e sete mil novecentos e sete reais e noventa e dois centavos) (C) x (E)

Observação-1: A referência de valor estimado para cada unidade é o valor definido para 1 (uma) diária, no caso do pernoite e 1 (um) deslocamento, no caso de trecho de Passagem Aérea.

Observação-2: O motivo do valor da diária ser de R\$ 444,48 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) e o valor do deslocamento, passagem aérea, ser de R\$ 3.662,83 (três mil seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta e três centavos), conforme quadro acima, é devido aos tributos.

7.7.3. O valor estimado para cada unidade no quadro acima, referente ao tipo de despesa “Deslocamento”, para o arquiteto urbanista, foi espelhado no levantamento realizado sobre as passagens aéreas adquiridas pelo Ministério da Defesa no ano de 2022, especificamente nas localidades de atuação do Programa Calha Norte (PCN), considerando-se a média dos valores máximos de aquisição, adotando a estimativa de quantidade de trechos por localidade, obedecendo o limite de **24 trechos**, tendo em vista o modelo de gestão aplicado nas vendas de passagens aéreas: “Yield management”, que calcula a melhor política de preços, para otimizar e maximizar os lucros das companhias aéreas, levando-se em conta diversos fatores alheios ao conhecimento do consumidor, de acordo com a tabela abaixo:

--	--	--	--

Cidades Abordadas na Pesquisa	Custo de Aquisição Máximo Ano 2022 p/ Localidade (A)	Estimativa de Quantidade de Trechos por Localidade/Ano (B)	(C) = (A) X (B)
Barra do Garças/MT	1.320,90	0,3	369,70
Belém/PA	2.721,56	0,7	1.904,30
Boa Vista/RR	3.776,27	6,2	23.252,13
Campo Grande/MS	3.120,37	0,2	624,07
Corumbá/MS	1.501,27	0,2	300,25
Cuiabá/MT	2.834,33	9,2	26.178,30
Imperatriz/MA	1.762,23	0,3	528,67
Ji-Paraná/RO	3.894,46	1,4	5.449,97
Macapá/AP	3.021,23	7	21.139,80
Manaus/AM	3.131,23	4,3	13.583,88
Palmas/TO	2.205,23	4,9	10.801,13
Porto Velho/RO	3.862,46	4,2	16.215,58
Rio Branco/AC	3.152,33	6,9	21.615,98
Sinop/MT	1.341,46	1,4	1.877,26
Tabatinga/AM	2.855,23	0,3	799,13
Vilhena/RO	4.414,73	0,6	2.471,22
TOTAL		48	R\$ 147.111,37
MÉDIA = (C) / Quantidade Estimada de Trechos no Ano			R\$ 3.064,80

7.7.4. Os serviços de apoio à gestão e fiscalização fora de sede para o DPCN, grupos 2 (dois) e 3 (três), serão realizados nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão e Tocantins.

7.8. O valor estimado para cada unidade nos quadros 1, 2 e 3, dos subitens nº 7.6.1., 7.7. e 7.7.2., referentes ao tipo de despesa “Diária”, para arquiteto urbanista (DESEG) e engenheiro eletricista e arquiteto urbanista (DPCN), foram espelhados no valor da tabela que trata do valor de indenização de diárias aos servidores públicos federais no País, Anexo I, do Decreto nº 5.992, de 19 Dez 2006, deslocamentos para Brasília/Manaus/ Rio de Janeiro **(R\$ 381,14)**, com alteração trazida pelo Decreto nº 11.117, de 01 Jul 2022, para fins de estimativa, devendo observar, para cada localidade, conforme abaixo:

Classificação do Cargo /Emprego/Função	Deslocamentos para Brasília/Manaus/Rio de Janeiro/São Paulo	Deslocamentos para outras capitais de Estados	Demais Deslocamentos
d) Demais cargos, empregos e funções	381,14	341,02	300,90

7.9. No decorrer do contrato, conforme a necessidade do DESEG e do DPCN, poderão advir outros trechos e cidades a serem empregados, sendo que a Contratada será reembolsada conforme a mesma metodologia de cálculo das cidades elencadas.

7.10. Além do mais, por questão de economia de escala, visa-se a contratação de apenas uma empresa por se demonstrar administrativa e economicamente mais viável ao Ministério da Defesa.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.743.288,20

8.1. A estimativa do valor da contratação, quantidades, especificações e valor máximo aceitável desta contratação são as constantes do quadro abaixo:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT	SER	UND	QTD	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL		
							UNITÁRIO	MENSAL	ANUAL
1	1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO (*) Serviço de natureza continuada de Arquiteto Urbanista - 1 (um) posto de serviço (DESEG).	5380		Un	1	24.640,11	24.640,11	295.681,38
	2	Serviço de Diária	5380		Un	3	444,48	111,12	1.333,44
	3	Serviço de Deslocamento (Trecho de Passagem Aérea)	5380		Un	3	2.371,28	592,82	7.113,84
CUSTO TOTAL ESTIMADO DO GRUPO I (R\$)								25.344,05	304.128,66

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT	SER	UND	QTD	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL		

						UNITÁRIO	MENSAL	ANUAL
2	4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO Serviço de natureza continuada de Engenheiro Eletricista - 2 (dois) postos de serviços (DPCN).	5380	Un	1	25.332,33	50.664,67	607.976,03
	5	Serviço de Diária	5380	Un	72	444,48	2.666,87	32.002,43
	6	Serviço de Deslocamento (Trecho de Passagem Aérea)	5380	Un	24	3.662,83	7.325,66	87.907,95
CUSTO TOTAL ESTIMADO DO GRUPO II (R\$)							60.657,20	727.886,41

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND	QTD	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL		
						UNITÁRIO	MENSAL	ANUAL
3	7	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO (*) Serviço de natureza continuada de Arquiteto Urbanista - 2 (dois) postos de serviços (DPCN).	5380	Un	1	24.640,11	49.280,23	591.362,75
	8	Serviço de Diária	5380	Un	72	444,48	2.666,87	32.002,43
	9	Serviço de Deslocamento (Trecho de Passagem Aérea)	5380	Un	24	3.662,83	7.325,66	87.907,95
CUSTO TOTAL ESTIMADO DO GRUPO III (R\$)							59.272,76	711.273,13
CUSTO TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (R\$)							145.274,01	1.743.288,20

(*) Estimativa inicial realizada pelos Setores Demandantes extraídos dos Documentos de Formalizações de Demandas DFD nº 49 - DESEG (4297486); e DFD nº 8 - DPCN (4349748); Despacho nº 55/COEMA/GESEG/DESEG/SEORI/SG-MD (6052387); Despacho nº 118/NAADE/DPCN/SG-MD (5639704); e Despacho nº 28/NAADE/DPCN/SG-MD (6053327), baseado na Convenção Coletiva de cada categoria.

8.2. O sigilo do valor da contratação até a conclusão da licitação (inciso VI do art. 7º, IN 40/2020), não se faz necessário uma vez que a divulgação do valor estimado pode auxiliar os licitantes na elaboração de suas propostas de preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Parcelamento:

9.1.1. No presente objeto, a contratação deverá ser realizada de forma única e indivisível. O agrupamento dos itens 1 (um), 2 (dois), 3 (três), 4 (quatro) 5 (cinco), 6 (seis), 7 (sete), 8 (oito) e 9 (nove) se faz necessário, porque, os serviços previstos nos itens 2 (dois) e 3 (três), do grupo I, 5 (cinco) e 6 (seis), do grupo II e 8 (oito) e 9 (nove), do grupo III, são serviços de despesas com diárias e passagens, complementares aos serviços dos itens 1 (um) do grupo I, 4 (quatro), do grupo II e 7 (sete), do grupo III, com vistas a executar parte das atividades designadas aos postos de **arquiteto urbanista** e de **engenheiro eletricista** no âmbito externo, conforme as especificações de suas atividades elencadas nos subitens 2.5, 2.6 e 2.7., de maneira a garantir o atingimento do objeto pretendido em sua totalidade.

9.1.2. Neste sentido, é clara a necessidade da execução dos serviços dos itens 2 (dois) e 3 (três), do grupo I, 5 (cinco) e 6 (seis), do grupo II e 8 (oito) e 9 (nove), do grupo III, para o cumprimento fiel dos objetivos desta licitação, sendo elas responsáveis em garantir a operacionalização da execução da mão de obra pretendida neste certame, na área de atuação tanto da Coordenação de Engenharia e Manutenção (COEMA) quanto do Programa Calha Norte (PCN), fora de sede.

9.1.3. Além do mais, por questão de economia de escala, visa-se a contratação de apenas uma empresa, para o **serviço de arquiteto urbanista e de engenheiro eletricista**, por se demonstrar administrativa e economicamente mais viável ao Ministério da Defesa.

9.2. Natureza do objeto: O objeto deste instrumento quanto ao seu tipo, é comum, por ser possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, conforme **Parágrafo Único do art. 1º da Lei nº10.520, de 2002**.

9.3. Opção de contratação por: **Menor Preço Global do Grupo**.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Os pregões realizados durante o período de 18/01/2022 até 17/01/2023, abaixo relacionados contém item com características similares ao pretendido neste instrumento:

10.1.1. **Pregão nº 00099/2022**, DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, (UASG nº 290002), Pregão Eletrônico - Prestação de Serviço de Apoio Administrativo.

10.1.2. **Pregão nº 00061/2022**, INST.FED.DE EDUC. CIENC.E TE.DE MATO GROSSO, (UASG nº 158144), Pregão Eletrônico - Prestação de Serviço de Apoio Administrativo.

10.1.3. **Pregão nº 00072/2022**, INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, (UASG nº 158009), Pregão Eletrônico - Prestação de Serviço de Apoio Administrativo.

10.1.4. **Pregão nº 00034/2022**, INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO, (UASG nº 158124), Pregão Eletrônico - Prestação de Serviço de Apoio Administrativo.

10.1.5. **Pregão nº 00005/2022**, DELEGACIA DA REC.FEDERAL EM PORTO VELHO/RO, (UASG nº 170201), Pregão Eletrônico - Prestação de Serviço de Apoio Administrativo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. De acordo com o art. 16, do Decreto 10.947, de 25 de janeiro de 2022, durante o ano de sua execução, o Plano de Contratações Anual (PCA), poderá ser alterado, por meio de justificativa aprovada pela autoridade competente.

11.2. Parágrafo único. O Plano de Contratações Anual (PCA) atualizado e aprovado pela autoridade competente será disponibilizado automaticamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observado o disposto no art. 14.

11.3. O serviço a ser contratado consta no DFD 125, item nº 23, do PGC 2023, no valor para **R\$ 1.743.288,20 (um milhão, setecentos e quarenta e três mil, duzentos e oitenta e oito reais e vinte centavos)**.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O resultado pretendido será alcançado com a contratação de serviço de arquiteto urbanista e de engenheiro eletricista com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais e do Departamento do Programa Calha Norte. Em relação a termos de efetividade e de desenvolvimento sustentável, o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União - 5ª edição - Brasília: AGU, Agosto, 2022, **não dispõem** de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não serão necessárias providências quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, tendo em vista que se trata de uma contratação de serviço comum.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Critérios e práticas de sustentabilidade:

14.1.1. o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União - 5ª edição - Brasília: AGU, Agosto, 2022, **não dispõem** de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Declaramos a viabilidade e a razoabilidade da contratação de serviço de **arquiteto urbanista**, para atender as necessidades do Departamento de Engenharia e de Serviços Gerais e na prestação de serviço de **engenheiro eletricista e arquiteto urbanista**, para atender as necessidades do Departamento do Programa Calha Norte.

15.2. Nesse sentido, a contratação tornará a capacidade da força de trabalho mais compatível com as demandas do DESEG e do DPCN, minimizando o déficit de mão de obra existente, bem como impelindo maior celeridade e eficiência aos processos.

15.3. Do exposto, a contratação da referida mão de obra é a mais efetiva administrativamente, não apresentando óbices normativos.

15.4. De acordo com a Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 3.576, de 30 de agosto de 2021 (3988206), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço nº 35, de 3 de setembro de 2021 (3982308) e com a mudança do integrante administrativo, pela Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 1.158, de 17 de fevereiro de 2023 (6081488), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço nº 8, de 24 de fevereiro de 2023 (6080020), foi designada a equipe de planejamento da contratação conforme segue:

I - na condição de integrante requisitante: servidor MAURÍCIO DINIZ BARBOSA, CPF: ***.603.781-**, lotado na Coordenação de Engenharia e Manutenção (COEMA) do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais (DESEG) e servidor ANDRÉ FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CPF ***.569.941-**, lotado no Departamento do Programa Calha Norte (DPCN);

II - na condição de integrante administrativo: 1º Ten HUMBERTO JEAN DA COSTA MOTA, CPF ***.684.237-**, lotado na Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ/DESEG);

III - na condição de integrante técnico: servidor DANILO DOS SANTOS SILVA, CPF: ***.108.751-**, lotado na Coordenação de Engenharia e Manutenção (COEMA) e 1T (RM2-EN) EMÍLIO DA CUNHA GOMES, CPF ***.519.961-**, lotado no Departamento do Programa Calha Norte (DPCN).

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAURÍCIO DINIZ BARBOSA

Coordenador de Engenharia e Manutenção

ANDRÉ FILIPE COSTA DO NASCIMENTO

Assistente do NAADE/DPCN

HUMBERTO JEAN DA COSTA MOTA

Assessor da Assessoria de Planejamento de Aquisições

ODILON MAZZINI JUNIOR

Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais